

RENDA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO INTERIOR PAULISTA EM 1980

Paulo de Martino Jannuzzi¹

1. INTRODUÇÃO

Há muito que se sabe que o nível médio de renda de uma população é apenas um dos indicadores do poder aquisitivo de bens e serviços da mesma. A renda média de uma população, como toda medida de tendência central, não traz informação sobre a forma com que os dados que a compõe se distribuem. Rendas médias idênticas podem ser obtidas a partir de conjuntos de dados muito diferentes. Regiões com grande parte da população com rendimento situado nas classes inferiores de rendimento e com poucas famílias no extremo oposto podem apresentar rendimento médio individual ou familiar muito próximo ao de uma região onde os indivíduos ou as famílias se concentram nas faixas centrais de rendimento. A desigualdade na distribuição dos rendimentos é, pois, uma dimensão tão importante quanto os níveis médios de rendimento percebidos. Como coloca Médiçi (1988:121-122), "a avaliação da pobreza ou riqueza-expressões objetivas a que se quer chegar nos trabalhos do fenômeno renda- desdobra-se em dois campos de estudos complementares: um deles, que envolve a mensuração do poder de compra – nível de renda –; o outro, preocupa-se com o estudo da flutuação, distribuição e dispersão da renda".

1 Professor dos Departamentos de Administração e Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FCECA/PUCAMP). Mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV e Doutorando em Demografia do IFCH/NEPO/UNICAMP.

Este trabalho tem, pois, a preocupação de focar esses dois aspectos da Renda, avaliando o nível médio de renda familiar e o quadro distributivo local em municípios do interior paulista. Como demonstram diversas publicações², o interior paulista tem se tomado um universo de estudo privilegiado para análise de processos econômicos, sociais e demográficos nos anos 80. A dimensão Renda parece, no entanto, não ter sido tão exaustivamente trabalhada em termos comparativos regionais. Este artigo procura preencher, modestamente, parte desta lacuna.

A opção pelo rendimento familiar mensal em detrimento do rendimento das pessoas ocupadas ou ativas (PEA) como proxy do nível do poder de consumo desfrutado pela população dos municípios deve-se a sugestão de Pastore et al (1983) de que a estratégia de sobrevivência dos indivíduos no Brasil passa pela combinação dos recursos e esforços dentro do domicílio familiar. "Afinal, 91 % dos brasileiros vivem em domicílios familiares. O domicílio é, assim, o laboratório no qual diferentes estratégias são combinadas para atingir-se o nível de bem-estar final da família e de cada um dos seus membros."(apres.). Tendo em vista que dados sobre distribuição de pessoas, famílias ou domicílios por renda domiciliar para municípios não estão publicados nos volumes dos Censos, e que 71% dos domicílios particulares permanentes paulistas são ocupados por uma única família, tomamos o substituto mais próximo da renda domiciliar: a renda mensal familiar.

É importante observar que nos restringiremos a uma análise "cross-sectional" centrada em 1980. não estão disponíveis ainda resultados sobre renda do último Censo e não há nenhuma fonte

2 Vide TARTAGLIA & OLIVEIRA (1988) e UNESP (1991).

alternativa para coleta de dados sobre renda familiar em nível municipal de largo alcance ou abrangência nacional no período intercensitário (Jannuzzi 1993).

Por restrições operacionais não foi possível trabalhar com todos os municípios do interior paulista. Optou-se por tratar uma amostra de 53 dos 570 municípios do Estado de São Paulo, a partir dos seguintes critérios: municípios não pertencentes à região Metropolitana de São Paulo que tivessem, em 1980, população superior a 50.000 habitantes e com taxa de urbanização acima de 70 %. Esperava-se, com tais critérios, selecionar municípios onde a monetarização das relações de troca fosse, de fato, uma realidade predominante para a população. Trata-se, pois, de uma amostra intencional de municípios médios e grandes do interior com alto grau de urbanização, que reuniam, em conjunto, 6.630.236 habitantes em 1980, 53 % da população do interior naquela época.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA MENSURAÇÃO DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Uma primeira questão a discutir, antes da efetiva derivação de estimativas do grau de concentração da renda familiar em nível municipal, relaciona-se à qualidade dos dados brutos para tanto - no caso, as informações sobre renda do Censo 80.

Talvez não haja dissenso na literatura com relação à melhoria da metodologia de coleta dos dados sobre a renda desde que ela passou a ser investigada nos Recenseamentos modernos do país em 1960. De um quesito, com faixas predeterminadas de renda, no Censo de 1960, a renda passou a ser coletada em sete perguntas em 1980, segundo as diversas fontes (Médici 1984). Com relação à qualidade

efetiva da informação, talvez não haja posição tão consensual. Alguns autores apontam para um certo grau de subestimação da renda nos Censos e PNADs, em especial nos estratos populacionais situados nos extremos de renda. "Em relação ao primeiro estrato, é usual que não existam dados sobre produção para auto-consumo, salários em espécie, recebimentos regulares de transferências ou doações de renda e de outras rendas diretas ou indiretas propiciadas pelo Estado...Por sua vez, há sonegação nos estratos mais ricos-voluntária ou não- associada às rendas de propriedades, salários indiretos, juros, lucros e rendas ocasionais" (Cacciamali 1988:352). Diversas pesquisas citadas por Hoffmann (1977) e o estudo de Lluch (1982) já apontavam estas tendências para o Censo de 1970.

Comparando os resultados sobre renda do Censo Demográfico de 1980 com os do Censo Industrial, Bercovich et al. (1985) constatam uma grande proximidade do rendimento do trabalho em termos de posição na ocupação (empregados e empregadores) e de ramos de atividade industrial. As diferenças entre a estimativa do número de salários mínimos por ano entre as duas fontes seriam inferiores a 10 % nos diversos sub-grupos. Com relação a qualidade da informação sobre a renda do trabalho na agropecuária não haveria ainda uma avaliação conclusiva.

Adotaremos aqui uma perspectiva pragmática, assumindo que as diferenças regionais do grau de subestimação da renda nas faixas extremas são pouco significativas. Tal assunção não nos parece ser mais restritiva que outras exigidas durante o encaminhamento metodológico da mensuração da desigualdade, tal como explicitamos a seguir.

Na literatura econômica e econométrica sobre distribuição de renda são apresentadas diversas medidas para avaliação da desigualdade

na distribuição dos rendimentos, ou equivalentemente, para mensuração do grau de concentração dos mesmos. O Índice de Gini e o Índice de Theil figuram entre as medidas mais usadas, mas há uma grande variedade de outras medidas propostas. Hoffmann (1991) inclui entre as medidas possíveis para avaliação da desigualdade na distribuição de rendimentos todo o conjunto de medidas de dispersão usados em Estatística como desvio médio, desvio-médio relativo, diferença média, desvio-padrão, variância, coeficiente de variação, amplitude, intervalo inter-quartilítico. Rossi (1982) cita ainda o Índice de Paglin-Gini, a medida de Champnowne, as medidas de Atkinson, a razão de Kuznets, a variância dos logaritmos de renda. A razão entre o mais alto e o mais baixo decil de renda, a razão entre o quinto percentil superior como percentagem da renda mediana, a porcentagem de equalização máxima são outras medidas possíveis (Tinbergen 1975). Há ainda quem prescindir de medidas-resumo de desigualdade e trabalhe com distribuição percentual do rendimento por decis de população (Zockun 1990). Para aplicações de cunho mais prático e menos acadêmico (São Paulo 1987), costuma-se usar a proporção de pessoas ou famílias com renda até ou acima de determinado valor (renda até 2 salários mínimos ou renda acima de 5 s.m.).

Cada uma dessas medidas-síntese de avaliação de desigualdade na distribuição de renda³, apresenta propriedades específicas e grau de sensibilidade diferente a mudanças no padrão de distribuição. Como observa Champnowne, citado por Rossi (1982:67), "...não existe um índice de desigualdade que seja melhor de todos, pois há vários aspectos distintos da desigualdade pelos quais nos podemos

3 Elas têm aplicação não apenas na distribuição de renda, como em outras situações onde se deseja avaliar o grau de desigualdade na distribuição de recursos.

interessar e alguns índices são mais adequados para refletir alguns de tais aspectos, enquanto outros índices são mais apropriados para refletir outros aspectos." Assim, se, por exemplo, se deseja estudar a desigualdade associada a riqueza extrema, o Coeficiente de variação é uma medida interessante pela sua sensibilidade a esta situação. Se, ao contrário, se deseja uma medida sensível às desigualdades associadas à pobreza, a variância dos logaritmos da renda pode ser uma boa escolha metodológica. Se se requer uma medida passível de desagregação em níveis regionais, setoriais, educacionais a adoção do índice de Theil é uma saída conveniente (Rossi 1982:71-83). Na realidade, por detrás dos meandros analíticos de suas fórmulas de cômputo, cada medida atribui pesos diferentes a desigualdade verificada em cada classe de renda. não seria surpreendente, pois, que os resultados do grau de desigualdade segundo as várias medidas não fossem totalmente consistentes.

Seguindo a tradição dos estudos sobre distribuição de renda no Brasil (Langoni 1973, Médici 1984, Hoffmann 1983, Hoffmann & Kageyama 1984) e tendo em vista que a avaliação das diferenças no grau de desigualdade de renda obtido com as várias medidas fugiria por demais dos propósitos deste trabalho, optamos por usar o Índice de Gini como medida de desigualdade de renda familiar⁴. Esta popularidade do Índice de Gini parece se justificar por sua aderência a uma série de propriedades entendidas como interessantes nos estudos sobre distribuição de renda. Uma destas, que é particularmente relevante no contexto brasileiro, é o cumprimento, pelo Índice de Gini, do princípio de Pigou-Dalton (Hoffmann

4 Trabalhos mais recentes sobre a distribuição de renda no país tem se valido dos índices de Theil, pela já aludida propriedade de serem decompostos setorialmente, etc.

1991:280). Este princípio estabelece como uma característica desejável de uma medida de desigualdade de renda a sua sensibilidade a transferências regressivas de renda, isto é, transferências do mais pobre ao mais rico. Além disso, das oito propriedades desejáveis analisadas por Rossi (1982:66-68), o índice de Gini só não atende - de forma integral - a última, de decomponibilidade da desigualdade em duas parcelas, uma delas representativa da desigualdade entre estratos de renda e outra, da desigualdade intra-estratos. Com relação aos erros de aproximação decorrentes de cálculo do Índice a partir de dados agrupados em classes de renda - como aparece nas publicações do IBGE - o Índice de Gini apresenta mais vantagens que, por exemplo, o índice de Theil ou o Coeficiente de variação. Naturalmente, o erro de aproximação será tanto menor, em todos os casos, quanto maior for o número de classes de rendimentos utilizadas.

Há, porém, algumas ressalvas a fazer na utilização do Índice de Gini. Ele é uma medida menos sensível à desigualdade associada à riqueza ou pobreza extremas. Assim, sua aplicação para estudos comparativos, seja em perspectiva longitudinal, seja transversal, seria mais aconselhável para um conjunto de unidades de análise livre de dessas situações extremas⁵. Além disso, a utilização do I. Gini pressupõe-se a desconsideração da associação entre rendimento e ciclo vital da família ou idade e sexo do chefe de família. Como observam Santos & Wajmann (1990:87) a estrutura demográfica por sexo e idade tem um efeito não pouco importante sobre a distribuição de renda, e a "comparação entre distribuições com distintas composições populacionais tende a produzir resultados ambíguos,

⁵ Felizmente, esta parece ser a situação do interior paulista.

difíceis não só de serem interpretados, com também imprevistos". Pelo que colocam as autoras, não fosse o efeito da mudança na estrutura etária da PEA nos anos 70, os índices de desigualdade do rendimento da PEA teriam apontado um quadro distributivo ainda pior em 1980. A relativa melhoria da distribuição de rendimento familiar entre 1970 e 1980, obtido nos resultados de Hoffmann & Kageyama (1984), também seria produto de mudanças demográficas na PEA-ingresso crescente de mulheres, em especial as casadas, e o de filhos adolescentes no mercado de trabalho.

Se tivéssemos optado, neste trabalho, por tomar a renda das pessoas economicamente ativas e não a renda familiar seria mais simples retirar os efeitos de composição devidos às diferentes estruturas etárias e de sexo da população ativa dos municípios sobre o I.Gini. À semelhança do que se faz em estudos demográficos comparativos com taxas brutas de mortalidade- também sensíveis à estrutura por idade e sexo da população a que se referem- procederíamos a uma padronização dos índices, substituindo a estrutura etária da PEA nos municípios por uma padrão. Teríamos assim, um conjunto de índices livre dos efeitos de composição da estrutura demográfica- com sentido somente para efeito de comparação interna, vale registrar. Retirar os efeitos de composição do I.Gini para distribuição da renda familiar não é uma tarefa imediata. Hoffmann e Kageyama (1984) sugerem, em anexo do trabalho deles, um procedimento para fazê-lo. Dada a natureza e extensão dos dados requisitados, fomos levados a abandonar esta empreitada.

Poderia se argumentar que a escolha de uma medida de desigualdade mais simples como a proporção de famílias com renda até 2 salários mínimos poderia simplificar o procedimento de cálculo, permitindo, inclusive, por técnicas de padronização, retirar-se o efeito

da estrutura demográfica diferenciada entre os municípios. Novamente, observamos que estamos trabalhando com a renda familiar e não com renda da PEA, onde a aplicação de tal técnica seria muito simples. Além disso, e talvez isso seja um argumento até mais relevante, a opção por tal medida - proporção de famílias com renda até x s.m. - não sumariza toda "experiência" distributiva local. É possível encontrar municípios com proporções similares de famílias com renda até ou acima de determinado valor que apresentam no outro extremo situações completamente distintas⁶.

Fica assim a ressalva de que, tendo optado pelo I.Gini, não estamos padronizando-o segundo a estrutura demográfica da PEA de cada município. Desta forma, a diferença entre os índices de duas cidades não pode ser atribuída apenas ou necessariamente a diferentes padrões de remuneração da mão de obra, mas pode ser consequência também de diferentes estratégias familiares em cada localidade para composição da renda familiar e das características demográficas da força de trabalho local.

Justificadas a importância da introdução de uma medida de desigualdade de renda na análise e a opção metodológica pelo Índice de Gini, passamos a operacionalização do cálculo do mesmo no nosso universo de análise. Mesmo aqui, no que seria uma etapa objetivamente dirigida, é preciso fazer algumas considerações sobre as limitações metodológicas das estimativas do I.Gini segundo diversas formas de cômputo. Idealmente, como observa Médici (1984

⁶ Chegamos a avaliar a correlação entre o I. Gini calculado segundo procedimento descrito nas páginas seguintes e as proporções de famílias com renda até 1 s.m., até 2 s.m., acima de 5 s.m. e acima de 10 s.m., obtendo R^2 de 0,47, 0,37, 0,05 e 0,05 respectivamente. Isso mostra que tais medidas deixam de captar boa parte da desigualdade na distribuição de renda.

e 1988) o cálculo dos Índices de desigualdade na distribuição de rendimentos deveria se basear em distribuição de população por decis (ou percentis) ordenados por nível de renda. A distribuição de pessoas (ou famílias) por classe de salários mínimos tem o inconveniente do salário mínimo não ser uma medida invariável de valor no tempo, obrigando a escolha de um índice deflator para estudos longitudinais. Além disso, com informações sobre a distribuição de renda sob esta forma, há a necessidade de suposições sobre a renda média na última classe, aberta à direita. Assim, não é de se estranhar que diferentes autores de estudos sobre a distribuição de renda cheguem a resultados não apenas diferentes, mas também contraditórios em relação aos demais, para os mesmos períodos de referência, a partir da mesma fonte de informações. "Grande parte da controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil não tem como referência a base de dados, mas sim os critérios utilizados para definição dos indicadores (classes de entrada dos dados de renda, estimativa da renda média da última classe, etc.)" (Médici 1988:143).

Além disso, há que se levar em conta outras decisões metodológicas não menos importantes, com reflexos sobre as estimativas como a unidade de análise escolhida (indivíduos, indivíduos ativos, indivíduos ocupados, famílias ou domicílios) e tipo de renda (total ou per capita dentro do domicílio ou família), como a consideração ou não das pessoas ou famílias sem rendimento ou como o comportamento assumido da distribuição do rendimento intra-classe (Cacciamali 1988, Hoffmann & Kageyama 1984).

Os dados apresentados a seguir são ilustrativos para mostrar este quadro controverso das estimativas dos I.Gini. Usando dados de distribuição de população em decis ordenados por renda, Médici (1984) conclui que a renda familiar, assim como a renda pessoal (PEA), também teria se concentrado nos anos 70, contrapondo-se às

conclusões do trabalho de Hoffmann & Kageyama (1984) – há pouco citado – em que se faz uso dos dados por classes de rendimento de salários mínimos em 1970 e 1980, compatibilizadas segundo o índice de custo de vida do DIEESE. As diferenças ainda que pequenas, podem revelar tendências distintas do fenômeno.

Tabela 1 : Índice de Gini para distribuição de rendimento médio mensal da PEA, renda familiar e renda familiar per capita no Brasil em 1970 e 1980, calculados segundo três autores.

AUTOR	1970 PEA *	1970 FAM	1980 PEA *	1980 FAM	1980 FAM/CAP.
Langoni (1972)	0.568	-	-	-	-
Médici (1984) **	0.562	0.564	0.581	0.588	0.622
Hoffman et all (1984)	0.561	0.608	0.592	0.597	0.606

* PEA exclusive as pessoas sem rendimento

** Limite inferior do I.Gini

3. CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI PARA OS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

Tendo em vista que os dados sobre rendimento familiar médio mensal para os municípios nos volumes do Censo são apresentados sob forma agrupada em 8 classes de rendimento (com escala em salários mínimos), resignamo-nos em utilizar o procedimento descrito por Hoffmann (1979:720-726) para derivação do I.Gini.

Na fórmula prescrita pelo autor há duas parcelas: a primeira diz respeito à desigualdade entre estratos; a segunda representa uma parcela associada à desigualdade intra-estratos. Para sua utilização é necessário ter-se estimativas da renda média geral e das rendas médias em cada classe, algo que não é apresentado nas tabelas do

Censo. Poderia se pensar em tomar o ponto médio de cada classe como estimativa da renda média nas mesmas. Rossi (1982:21-22) adverte, porém, que este não é um procedimento aconselhável pois pode produzir estimativas fora de um intervalo teórico avaliável. Na falta de uma saída melhor, optamos por usar como estimativas dos rendimentos familiares médios mensais de cada classe, os valores utilizados por Hoffmann & Kageyama (1984) para estudo da distribuição de renda no Brasil. Isso equivale a dizer que estamos tomando a renda média de cada classe como invariante para os municípios do nosso universo e iguais ao quadro nacional. A tabela seguinte traz as estimativas de renda média usada em cada classe.

Tabela 2 : Rendimento familiar médio mensal em cada classe de rendimento familiar médio mensal usados para cálculo do Índice de Gini nos municípios da amostra em análise

Classe de Rendimento	Rendimento Familiar médio mensal em sal.min.
de 0 a 1/4 s.m.	0.165
de 1/4 a 1/2 s.m.	0.40
de 1/2 a 1 s.m.	0.77
de 1 a 2 s.m.	1.50
de 2 a 5 s.m.	3.38
de 5 a 10 s.m.	7.10
de 10 a 20 s.m.	14.00
de 20 ou mais	40.00

Fonte: Hoffmann & Kageyama (1984)

A contraposição dessas estimativas com os rendimentos médios mensais das classes de distribuição de pessoas de 10 anos ou mais no Estado de São Paulo, cujos resultados encontram-se publicados no Censo e parcialmente reproduzidos abaixo, nos dá uma segurança adicional em empregá-las no cálculo do I.Gini para os municípios de

nosso universo. Embora não sejam estritamente comparáveis pois uma se refere à renda média de classes de rendimento familiar e outra à renda média de classes de rendimento individual e, além disso, diferem em número de classes, observamos a proximidade das duas séries de renda média nas classes. Para citar um exemplo, verifique-se que para a classe de rendimento familiar até 1/4 de salário mínimo a renda média é 0,165 sal.mínimos, próxima aos 0,15 da primeira classe de rendimento médio de pessoas de 10 anos ou mais. É alentador constatar que para as classes superiores de rendimento há também uma relativa compatibilidade das rendas médias. Erros na estimação da renda média da última classe de rendimento poderiam enviesar de forma acentuada o cálculo do I.Gini.

Tabela 3 : Rendimento médio mensal de Pessoas de 10 anos ou mais por classe de rendimento médio mensal no Estado de São Paulo - 1980 (refer. agosto)

Classe de Rendimento	Rendimento Médio Mensal em Cr\$	Rendimento Médio Mensal em S.M.
Até 1/4 s.m.	613.00	0.15
de 1/4 a 1/2s.m.	1885.00	0.45
de 1/2 a 1 s.m.	3399.00	0.82
de 1 a 1 1/2 s.m.	5216.00	1.26
de 1 1/2 a 2 s.m.	7371.00	1.78
de 2 a 3 s.m.	10365.00	2.50
de 3 a 5 s.m.	16372.00	3.95
de 5 a 10 s.m.	29150.00	7.02
de 10 a 20 s.m.	57472.00	13.85
de 20 ou mais	152190.00	36.68

Fonte: Censo Demográfico 1980 - Est. São Paulo - mão de Obra

Obs: Salário mínimo em agosto de 1980: Cr\$ 4149,60

Com base nestas considerações, calculou-se o I.Gini para os municípios do universo de análise e adicionalmente, para fins comparativos, para a distribuição do rendimento familiar médio mensal para Brasil, Sudeste, Estado de São Paulo, Grande São Paulo e Interior do Estado. Os resultados são trazidos na Tabela 4, juntamente com o rendimento médio familiar mensal, calculado a partir dos mesmos rendimentos médios por classe usados para a derivar o I.Gini.

Os resultados obtidos para o Brasil e Sudeste são muito próximos aos apresentados por Hoffmann e Kageyama (1984), como era de se esperar. As diferenças das estimativas no I.Gini (de -0,02 para o Brasil e para o Sudeste) devem-se, certamente, a formas diferentes de se implementar o algoritmo de cálculo do I.Gini e precisão interna nas operações⁷.

4. ANÁLISE PRELIMINAR DOS DIFERENCIAIS DE RENDA E DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PELO INTERIOR PAULISTA

A exigüidade de espaço nos impede, neste momento, de discutir resultados de outros autores e de proceder a uma análise aprofundada dos diferenciais de renda e de distribuição de renda pelo interior paulista. De modo bastante preliminar é possível apontar, no entanto, algumas evidências. são elas:

- a) Com relação aos resultados para o Brasil e Sudeste, o Estado de São Paulo, a região Metropolitana de São Paulo e o interior paulista⁸ apresentavam, em 1980, rendimento médio familiar

7 Assim, como para o cálculo do rendimento mediano, as famílias sem rendimento foram agrupadas à primeira classe, de 0 a 1/4 de salários mínimos.

8 Os resultados para o interior paulista refere, neste caso, para o agregado de todos municípios do Estado com exceção daqueles localizados na Grande São Paulo.

mensal superior e um quadro distributivo menos concentrador. As famílias paulistas teriam, pois, renda maior e menos desiguais comparativamente ao quadro nacional e macro-regional. Ainda assim, em termos comparativos internacionais, a distância entre famílias ricas e pobres em São Paulo seria bem acentuada;

- b) A renda familiar na Grande São Paulo era significativamente superior à verificada no interior em 1980. Níveis salariais maiores, maior participação feminina e jovens na PEA local podem ser explicações plausíveis para tanto;

Tabela 4 : Índice de Gini para distribuição do rendimento familiar médio mensal nos municípios da amostra em análise e alguns outros agregados espaciais - 1980

Unidade Geográfica	Rd.Fam. médio*	Índice Gini	Unidade Geográfica	Rd.Fam. médio *	Índice Gini
Brasil	4.83	0.595	Jundiaí	7.38	0.486
Sudeste	6.25	0.562	Limeira	6.08	0.489
Estado SP	7.10	0.533	Lins	5.91	0.562
Grande SP	8.36	0.521	Lorena	5.53	0.531
Interior SP	5.77	0.531	Marília	6.03	0.550
Americana	6.96	0.466	Mogi-Guaçu	6.39	0.518
Araçatuba	5.80	0.540	Mogi-Mirim	5.26	0.454
Araraquara	6.61	0.497	Ourinhos	5.40	0.538
Araras	6.40	0.486	Pindamonhangaba	6.19	0.516
Assis	5.33	0.540	Piracicaba	7.67	0.508
Atibaia	6.14	0.559	Praia Grande	5.50	0.481
Barretos	5.55	0.544	Pres.Prudente	6.00	0.522
Bauru	6.89	0.523	Ribeirão Preto	7.41	0.524

Unidade Geográfica	Rd.Fam. médio*	Índice Gini	Unidade Geográfica	Rd.Fam. médio *	Índice Gini
Birigui	5.37	0.509	Rio Claro	6.25	0.509
Botucatu	6.22	0.527	Sta. Barb. Doeste	5.63	0.447
Bragança Pta.	5.28	0.534	Santos	9.51	0.501
Caçapava	6.33	0.521	Sertãozinho	5.95	0.470
Campinas	8.41	0.528	Sorocaba	7.01	0.500
Catanduva	5.40	0.523	Sumaré	4.50	0.443
Cruzeiro	5.00	0.509	S. Carlos	6.00	0.473
Cubatão	5.40	0.438	S. J. Boa Vista	5.00	0.507
Franca	6.07	0.490	S. J. Rio Preto	7.00	0.519
Guaratingueta	5.94	0.536	S. J. dos Campos	7.00	0.501
Guarujá	4.97	0.449	S. Vicente	6.00	0.443
Indaiatuba	6.19	0.466	Tatui	4.88	0.519
Itapetininga	4.84	0.535	Taubaté	6.73	0.521
Itu	6.48	0.508	Tupã	4.96	0.559
Jacareí	6.31	0.509	Votorantim	4.72	0.408
Jaú	5.73	0.488	Votuporanga	5.11	0.546

* em sal.mínimos de set/1980.

- c) O grau de concentração de renda familiar no interior é um pouco maior que o da Grande são Paulo, mas bastante abaixo daquele verificado no Sudeste;
- d) Cerca de 60 % dos municípios da amostra apresentam renda média familiar superior a renda média familiar calculada para o interior como um todo. Dadas os critérios de composição da amostra –

tamanho médio e grande e alta urbanização dos municípios – este é um resultado esperado;

- e) Quanto à distribuição de renda somente 12 dos 53 municípios apresentou I.Gini superior ao índice médio do interior. Mas nenhum deles esteve acima ou próximo do I.Gini nacional. Os municípios com pior distribuição de renda parecem ser aqueles com um perfil produtivo centrado na agropecuária descapitalizada como os municípios do oeste do Estado. Municípios com maior grau de industrialização parecem exibir quadros distributivos mais promissores (I.Gini mais baixos);
- f) A associação entre renda familiar e I.Gini é muito baixa entre os municípios da amostra (coeficiente de correlação de 0,10);
- g) A renda familiar mostra-se correlacionada de forma intensa com o tamanho do município e de forma mais fraca com o Valor Adicionado local (uma medida preliminar do PIB municipal);
- h) Apresentaram grau de concentração maior os municípios com maiores taxas de crescimento populacional em 1970 e 1980 e aqueles com maior Valor Adicionado per capita;
- i) Não se conseguiu identificar diferenciais de renda ou distribuição de renda segundo alguns indicadores de condições de vida, como a mortalidade infantil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar, ao longo do texto, diversas limitações metodológicas e operacionais com que nos deparamos na mensuração da desigualdade da distribuição de renda no interior

paulista. Talvez tão ou mais importante quanto o cálculo de índices de desigualdade nas centenas de municípios não contemplados aqui, seja a resolução de alguns dos problemas aventados: retirada do efeito do diferencial de composição familiar e estrutura etária da PEA na formação da renda familiar nos diversos municípios, estimativa da renda média dentro dos estratos, cálculo do índice de Gini a partir de decis ordenados de renda, estimativa de sub-declaração de renda por regiões e estratos sócio-econômicos, cálculo de outros indicadores de desigualdade e cotejamento entre eles.

A resolução destes problemas, a delimitação de universos de pesquisa menos abrangentes, a escolha de unidades de análise mais desagregadas e a análise de diferenciais de renda e distribuição de renda segundo regiões, especializações produtivas regionais, nível de desenvolvimento econômico, condições de vida locais- iniciada de forma muito simples neste trabalho- são procedimentos metodológicos e analíticos importantes e inescapáveis para a compreensão e explicação do quadro desalentador de distribuição de renda no Brasil. Em que pese a rica e volumosa literatura sobre a distribuição de Renda no Brasil, o tema ainda comporta e exige muitos estudos e monografias de graduação !

6. BIBLIOGRAFIA

- BERCOVICH, A. et al (1985) "*População Ocupada e Rendimentos nas Pesquisas Econômicas e Demográficas: Utilização em Contas Nacionais*". Notas para discussão. Rio de Janeiro, IBGE, 20p.
- CACCIAMALI, M.C. (1988) "*Observações sobre a Questão da Distribuição de Renda no Brasil*" in MONTORO Fo., A.F. et all. Manual de Economia. São Paulo, Saraiva, p.347-363.

- HOFFMANN, R. (1977) "*Informações Necessárias para Análise da Distribuição Pessoal da Renda no Brasil*" in Estudos CEBRAP, são Paulo, 21:159-167.
- HOFFMANN, R. (1979) "*Estimação da Desigualdade Dentro de Estratos no Cálculo do Índice de Gini e da Redundância*" in Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9(3):719-738.
- HOFFMANN, R. (1983) "*Distribuição de Renda no Brasil, em 1980, por Unidades da Federação*" in Rev. Economia Política, III(1):31-41.
- HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A. (1984) "*Distribuição de Renda no Brasil, entre Famílias e entre Pessoas, em 1970 e 1980*" in Anais do XII Encontro Nacional de Economia. são Paulo, ANPEC, p.799-834.
- HOFFMANN, R. *Estatística para Economistas*. são Paulo, Pioneira, 1991, 426p.
- JANNUZZI, P.M. (1993) "*Fontes de Indicadores Sociais para Marketing*" in Cadernos da FCECA, Campinas, 2(1):5-12.
- LANGONI, C.G. (1973) *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura.
- LLUCH, C. (1982) "*Sobre Medições de Renda a partir dos Censos e das Contas Nacionais no Brasil*" in Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 12(1):133-148.
- MÉDICI, André C. (1984) "*Notas Interpretativas sobre a Variável Renda nos Censos Demográficos*" in ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Censos, consensos, contra-sensos. Ouro Preto, ABEP, p.75-132.
- MÉDICI, André C. (1988) "*A Mensuração da Subjetividade: Notas sobre a Variável Renda nas Pnads*" in SAWYER, Diana O. (org.) PNADS em foco: anos 80. Belo Horizonte: ABEP, p.121-145.

- PASTORE, José et al. (1983) *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980*. São Paulo, Pioneira/Fipe, 152p.
- ROSSI, José W. (1982) *Índices de Desigualdade de Renda e Medidas de Concentração Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 156p.
- SANTOS, E. e WAJMANN, S. (1990) "Estrutura Demográfica da PEA e Desigualdade na Distribuição de Renda" in Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, p.83-118.
- SÃO PAULO. ESTADO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. (1987) *Hierarquia das Regiões e dos Municípios do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1987.
- TARTAGLIA, J.C. e OLIVEIRA, O.L. (1988) *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo, Ed. Unesp.
- TINBERGEN, Jan (1975) *Income Distribution: Analysis and Policies*. Amsterdam, North-Holland, 150p.
- UNESP. (1991) *Políticas Públicas no Estado de São Paulo após 1970: Bibliografia*. Araraquara, UNESP, 1991, 70p.
- ZOCKUN, M.H. (1990) *Livre para Crescer: Proposta para um Brasil Moderno*. São Paulo, FIESP/Cultura Editores, 200p.